

DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACANÃ/RN.¹

JOSÉ ADRIANO ROCHA CÂNDIDO²

GEORGIA MARTINS BAETA NEVES³

Resumo

Este é um artigo de revisão bibliográfica que busca elucidar a oportunidade, a necessidade e a possibilidade da Avaliação Psicológica no âmbito escolar, em especial voltada à TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), e as práticas de intervenção psicológica no cotidiano do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Jaçanã/RN. O estudo foi motivado pelos poucos referenciais teórico-metodológicos específicos para atuação neste campo. O referido estudo buscou relacionar a prática psicológica possível no CRAS com as necessidades diagnósticas e de intervenção exigidas pela TDAH, através de conceitos da Psicologia Social Comunitária, terminando por apontar um modelo de atuação que visa a autonomia dos sujeitos.

Palavras-chave: TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção Hiperatividade), Escola, CRAS, Avaliação Psicológica.

Abstract

This is a bibliographic review article that seeks to elucidate the opportunity, the need and the possibility of psychological evaluation within the school, in particular focused on ADHD (attention deficit and hyperactivity disorder), and the practices of psychological intervention in daily CRAS (Reference Center for Social Assistance) of Jaçanã City/RN. The study was motivated by a few

¹ Artigo apresentado à Universidade, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Avaliação Psicológica.

² José Adriano Rocha Cândido: Graduado em psicologia pela Universidade UNP, contato: adriano.stone@hotmail.com.

³ Georgia Martins Baeta Neves: Orientadora. Professora do UNI-RN contato: georgia@unirn.edu.br

theoretical-methodological aspects specific to acting in this field. The study tried to correlate the possible psychological practice in CRAS with the diagnostic procedures and the kind of intervention required by ADHD according to the concepts of Community Social Psychology, and ends by pointing a model of performance that seeks the autonomy of the subjects.

KEY-WORDS: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (AD/HD), CRAS, School, Psychological Evaluation.

INTRODUÇÃO

DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO EM CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil temos muitas políticas e dentre elas podemos começar falando de uma em especial, a que norteia o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que se trata de uma unidade destinada à Proteção Social Básica, que é prevista na Política Nacional de Assistência Social Brasileira. De acordo com a política de Proteção Social tem por objetivo desenvolver ações de prevenção ao usuário que esteja em situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, a partir dos vínculos previamente fortalecidos entre as famílias e comunidade, de modo que todos as atividades destes programas, os projetos, bem como seus serviços e seus benefícios sejam destinados plenamente a toda população que esteja em situação de vulnerabilidade social plena, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos (BRASIL, 2006).

Ainda se tratando de CRAS refere-se a uma unidade pública estatal cuja responsabilidade configura-se num modelo de serviço que vem a oferecer serviços continuados de proteção social básica a indivíduos, famílias e grupos em situação de risco social, sendo também uma unidade de referência e contra referência do usuário na rede de atendimentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa maneira o CRAS procede constitui-se também numa unidade que visa a organização e a vigilância social, e vem

concretizar o acesso aos seus direitos por parte de cada cidadão. Cabe a cada município identificar os territórios onde encontram-se cidadãos em vulnerabilidade social e em tais locais implantar um CRAS, de maneira que tais estruturas fiquem instaladas em locais de fácil acessibilidade, para que as equipes possam ter facilidade em cobrir as áreas de vulnerabilidades (MOTA; GOTO, 2009 *apud* BRASIL, 2006).

Segundo Flor & Goto (2015) a unidade do CRAS refere a ser um local responsável pela execução do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), e há que garantir recursos financeiros, diretrizes e metodologia para que o centro funcione de acordo com o previsto. A equipe mínima multiprofissional do CRAS é composta por profissionais preferencialmente do mesmo município. Tal equipe contará, deste modo, com pelo menos um(a) assistente social, um(a) psicólogo(a), um(a) auxiliar administrativo(a), quatro estagiários(as) e um(a) coordenador(a), e, com exceção dos estagiários, sugere-se que a carga horária de cada profissional seja de 40 horas semanais, segundo a compatibilidade da intervenção proposta pelo PAIF. Sendo assim, é esperado dos profissionais que sejam capacitados para executar os procedimentos com uma boa escuta qualificada, coletiva ou individual, de maneira tal que possam ser identificadas as possíveis necessidades, bem como oferecidas orientações, agenciados recursos e fornecidos serviços voltados ao atendimento dos mesmos, encaminhando e acompanhando as famílias e indivíduos. É dever dos mesmos fundamentar seus fazeres em pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos (BRASIL, 2006).

Segundo Flor & Goto (2015) a inserção do psicólogo na equipe do CRAS se fez necessário para que este seja capaz de intervir junto aos processos de sofrimento que por ventura estejam já instalados, utilizar diferentes metodologias e atuar de diferentes formas. A autora ainda menciona como sugestão que tais profissionais tentem formar alianças e espaços de transformações, cujo objetivo é tecer uma rede de apoio às famílias bem como aos grupos comunitários que venham a se mobilizar. Deste modo é papel do PAIF também a promoção da segurança, com acolhimento, autonomia, promoção de convívio familiar e comunitário, e sobrevivência a quaisquer riscos.

Segundo os mesmos autores alguns dos serviços oferecidos pelo programa no CRAS são: Serviços Socioeducativos Geracionais, Intergeracionais e com famílias; Reabilitação na Comunidade; Projetos e Programas de Enfrentamento à Pobreza; Projetos e Programas de Enfrentamento à Fome entre outros. A prioridade dos atendimentos no CRAS são as famílias, e se por ventura os serviços mencionados acima não puderem ser oferecidos nesses estabelecimentos, faz-se necessário encaminhar para um estabelecimento ideal. Também corroboram estas indicações os parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), contidos nas Orientações Técnicas para os Centros de Referência de Assistência Social ter uma excelência no atendimento (BRASIL, 2006).

Referente ao requisito de implantação da estrutura física dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), é orientado que seja de acordo com o porte do município de implantação. Sendo assim, segundo a NOB/SUAS (BRASIL, 2005), deve ser como a seguir:

- Quando de Pequeno porte I: município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias- mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
- Quando de Pequeno porte II: município de 20.001 a 50.000 habitantes/ de 5.000 a 10.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
- Quando de Médio porte: município de 50.001 a 100.000 habitantes/de 10.000 a 25.000 famílias – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Quando de Grande porte: município de 100.001 a 900.000 habitantes/ de 25.000 a 250.000 famílias – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Quando de Metrópole: município de mais de 900.000 habitantes/mais de 250.000 famílias - mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2005).

HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Segundo Cunha (2000) a Avaliação Psicológica, que hoje compõe um dos papéis do psicólogo, surgiu por volta do fim do século XIX e começo do século XX, época que veio marcar o início do uso dos testes psicológicos.

Segundo Anastasi e Urbina (2000) três pensadores se destacaram no âmbito da Avaliação Psicológica. O pioneiro a se destacar foi Francis Galton, que estudou as diferenças individuais. Em segundo lugar podemos citar Alfred Binet e Théophile Simon, que se aplicaram a investigações com crianças em idade de alfabetização (escolar). Por fim James McKeen Castell, o primeiro psicólogo americano a publicar um trabalho acadêmico, a sua tese de doutorado, denominada *Psychometric Investigation*, quando do período em que trabalhava em Leipzig, sob as orientações do renomado Wundt. Castell veio posteriormente a fundar a *Psychological Corporation*, uma das mais influentes editoras de testes psicológicos até a atualidade. Esses autores mencionados acima foram grandes colaboradores para o reconhecimento da Psicologia enquanto ciência e para a afirmação da profissão no que tange ao tema de Avaliação Psicológica.

A delimitação da Avaliação Psicológica, segundo Gouveia (2009), se deu em três momentos marcantes, sendo primeiramente o destaque na área psicométrica, com ampliação das pesquisas em avaliação no momento do pós-guerra, sendo que na contemporaneidade a Avaliação Psicológica sobressaiu-se e expandiu sua aplicação.

Quando nos reportamos a compreender Avaliação Psicológica no Brasil podemos destacar, segundo Alchieri e Cruz (2010 *apud* PASQUALI; ALCHIERI, 2001), os seguintes períodos históricos: 1836-1930, produção médico-científica acadêmica; 1930-1962, período marcado pelo estabelecimento e difusão da Psicologia do Ensino nos centros universitários; no período do ano de 1970-1987 houve a implantação dos cursos de pós-graduação; em 1987 ocorreu algo marcante, que foi a emergência dos laboratórios de pesquisa em Avaliação Psicológica.

Daí em diante a Psicologia vem se expandindo no decorrer dos anos e na década de 1960 obteve-se a regulamentação da graduação e a ampliação da Psicologia no Brasil, através da lei nº 4119 de 1962, art. 13 parágrafo 1: Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que tratar esta lei, ressalva a observar as exigências legais específicas, e bem como a exercer a profissão de Psicólogo. § 1º- constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) Diagnóstico psicológico;
- b) Orientação e seleção profissional;
- c) Orientação psicopedagógica;
- d) Solução de problemas de ajustamento (CRP, 1962).

A Avaliação Psicológica e a testagem têm seus momentos de surgimento confundidos, por isso ainda existe o estigma e preconceito que caracteriza o profissional de Psicologia apenas como um aplicador de testes, isto ainda hodiernamente, já que por volta do século XIX, esta era uma prática inerentemente à profissão. Nessa época esse profissional era chamado a realizar recrutamento e seleção dos soldados destinados a irem para a guerra. Sendo assim, neste contexto evoluíram simultaneamente Avaliação Psicológica e testagem, e a prática mais desenvolvida por este profissional era exatamente a aplicação de testes (PRIME, 2010).

Quando se fala em Avaliação Psicológica, logo nos remetemos à aplicação de testes, e esse fato se dá por causa de seu histórico, e esta prática exclusiva do psicólogo é vista por muitos como se se tratasse apenas de aplicações mecânicas, mas sua complexidade é bem maior e este estigma negativo e preconceituoso prejudica a valorização da sua importância e do espaço da Psicologia. A Avaliação Psicológica (AP) é um processo, pois não se refere apenas a um diagnóstico baseado em uma única etapa, visto que se precisa conhecer o todo, ou seja, a história clínica e biopsicossocial do cliente. Aplicar os testes e técnicas psicológicas referentes à queixa, corrigi-los e interpretá-los para dar respostas à solicitação, tudo isso deve ser

acompanhado de conhecimento real do sujeito objeto de estudo para assim se poder fazer corretamente os encaminhamentos necessários.

CONCEITUANDO AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O conceito de Avaliação Psicológica descreve um conjunto de procedimentos que objetivam a coleta de dados para testar hipóteses clínicas, formular diagnósticos, descrever o funcionamento de indivíduos e/ou grupos e determinar possíveis comportamentos futuros ou desempenhos em situações particulares (HUTZ, 2009 *apud* MENDES et al, 2013).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), na resolução nº 007/2003, define a Avaliação Psicológica como um processo técnico-científico de coletas de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, o qual pode fazer uso de estratégias psicológicas assim como métodos, técnicas e instrumentos.

Para Primi (2010 *apud* PRIMI, 2003 p. 68):

A Avaliação Psicológica é geralmente entendida como uma área aplicada, técnica, de produção de instrumentos para o psicólogo, visão certamente simplista da área. A Avaliação Psicológica não é simplesmente uma área de ferramentas profissionais, mas sim a área da psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis. Com isso, ela fomenta a observação sistemática de eventos psicológicos, abrindo os caminhos para a integração teórica e prática. Ela permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação psicológica é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas, sobretudo, das teorias explicativas do funcionamento psicológico.

A Avaliação Psicológica caracteriza-se assim como um procedimento que objetiva avaliar por meio de instrumentos validados previamente os variados processos psicológicos que compõem o indivíduo, sendo que deste modo cabe unicamente ao psicólogo, por ser habilitado por lei para exercer tal função. Assim, vem fornecer ao psicólogo um conjunto de informações que

consta de imprescindíveis saberes, quais seleção de instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação, a interpretação dos dados coletados e é de suma importância a devolutiva ao cliente, quer seja resposta a um pedido de parecer ou laudo, conforme necessidade (FURTADO, 2003, ALVES; ALCHIERI; MARQUES, 2002).

Para tal responsabilidade traz um conjunto de considerações éticas que têm como foco não só a imparcialidade do processo, mas também a humanização do mesmo, tendo como objetivo preservar a integridade do indivíduo que se submete a um processo de avaliação psicológica. Em torno da responsabilidade ética da avaliação psicológica existem diversos princípios a serem observados e seguidos com precisão, entre eles a influência do diagnóstico, o posicionamento em relação à avaliação, o sigilo profissional (que deve ser a ponte de segurança na relação avaliador/avaliando) e a confecção de laudos (FURTADO, 2003).

Furtado descreve muito bem, de forma clara, do que trata a Avaliação Psicológica:

A avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica (FURTADO, 2003, p. 03).

No que tange ao procedimento da Avaliação Psicológica, trata-se de um processo no qual se pretende coletar dados para sua realização, portanto inclui além de métodos e técnicas de investigação os testes psicológicos, que, por sua vez cabe frisar que são exclusivos o seu uso por psicólogo, o que garante sua interpretação precisa, já que cabe a este profissional dominar assuntos pertinentes às capacidades cognitivas e comportamentais do sujeito analisado. Assim sendo, esses instrumentos, se utilizados de forma adequada, são úteis e

podem assim oferecer informações importantes sobre os indivíduos submetidos a tais testagens (ALVES; ALCHIERI; MARQUES, 2002).

Apesar da AP ser uma atividade reconhecidamente exclusiva da categoria profissional, ela é muito controvertida, principalmente no que se refere a sua realização e isto inclui o uso de testes. De acordo com alguns psicólogos os instrumentos de avaliação psicológica são indispensáveis. Já outros profissionais postulam que são absolutamente o contrário, considerando os testes em linhas gerais como sendo os “instrumentos de poder” cuja sua única função seria a de rotular os indivíduos. Em suma a crítica pode ser desse modo atribuído principalmente ao uso inadequado e/ou incorreto dos supostos testes por alguns profissionais, presumindo-se que como consequência as pessoas avaliadas podem a ser prejudicadas, além dos questionamentos pertinentes à falta de cientificidade dos próprios instrumentos quando utilizados de formar incoerente (ALVES; ALCHIERI; MARQUES, 2002).

Seguindo a mesma linha de pensamento sobre a Avaliação Psicológica ser reconhecida como atividade exclusiva do psicólogo, Koyama (2013) também postula que quanto ao uso de testes há controvérsias, e que eles não apresentam o “certo” ou o “errado”, como se pode afirmar nos testes de matemática. Ainda fala que alguns profissionais do segmento consideram os instrumentos como indispensáveis e outros são-lhes absolutamente contrários, de modo que são vistos como “instrumentos de poder” e tidos como a única função de rotular.

É preciso ressaltar que, aliado a estes fatores acima, a formação em avaliação tem-se deparado com questionamentos, pelo que vale destacar que a AP apresenta uma série de desafios referentes ao que diz respeito às constantes transformações sociais com as quais a Psicologia se defronta neste novo século (BASTOS, 2002).

Ainda mais, a Avaliação Psicológica vem a ser um exame com caráter compreensivo, efetuado para responder questões referentes ao funcionamento do aparelho psíquico adaptado ou desajustado de um indivíduo, num determinado tempo específico, teoricamente podendo mesmo antecipar o funcionamento futuro do aparelho psíquico da pessoa que esteja já ou esteja entrando num processo psicopatológico (NORONHA; ALCHIERI, 2004).

É factível dividi-la em três definições, sendo elas: o Exame Psicológico que é utilizado em seleção de profissionais nas empresas e concursos públicos; o Psicotécnico para obtenção das carteiras de motorista; o Psicodiagnóstico, que é a avaliação no âmbito da clínica, tendo como duração de atendimento de 50 minutos por cada sessão (ALCHIERI; CRUZ, 2010).

Em relação ao instrumento psicológico, sua caracterização se dá através de: Sua validade, que depende de se medir precisamente o que é proposto se aquilata observando o que se pretende avaliar (validade de conceito), descrevendo o que está medindo nesse conceito (validade de conteúdo) e operando em comparação com outro indicador (validade de critério). Já precisão ou fidedignidade é a estabilidade que o teste tem em conservar todo o seu resultado após um período de tempo. Padronização diz respeito às condições uniformizadas e determinadas para a aplicação dos instrumentos psicológicos e para operacionalização do material utilizado num processo avaliativo (ALCHIERI; CRUZ, 2010).

No processo de Avaliação Psicológica se faz primordial que haja uma excelente entrevista anamnésica, pois deste modo pode-se ter um acesso diferenciado à realidade subjetiva do indivíduo. Sendo que é por meio da fala do sujeito que se percebe a sua intimidade e conhecendo o significado que o mesmo confere a sua existência, às suas construções subjetivas, experiências e vivências, busca-se alcançar uma compreensão de sua linguagem, sua cultura e também sua história de vida, o avaliando deve estar dotado de uma sensibilidade livre de julgamentos anteriores do que é certo ou errado. De modo que, deve-se obter uma melhor visão do sujeito para que nas próximas etapas do processo avaliativo sejam adequadas à sua queixa inicial, sendo de extrema importância a utilização de uma escuta atenta, bem como de observações, visando saber encontrar os instrumentos necessários e depois fazer as devidas análises, para assim chegar a uma conclusão que seja fidedigna (CESCON, 2013).

Durante o processo de uma Avaliação Psicológica se faz necessário seguir algumas etapas, as quais, de acordo com Cunha (2000), são:

- A entrevista anamnésica, no qual vai conhecer toda a história clínica do cliente e também a história biopsicossocial;
- O planejamento, a seleção e utilização dos instrumentos e técnicas psicológicas a serem usadas;
- A correção dos testes psicológicos;
- A análise dos testes e sua técnica psicológica, relacionadas com a queixa do cliente;
- Ao fim de todo o processo já realizado se faz necessário a entrevista devolutiva na forma verbal, que objetiva a comunicação das fraquezas e forças do cliente, e de forma escrita será por meio de um documento nomeado laudo psicológico que será entregue ao solicitante com as devidas explicações de todo o processo experienciado no decorrer da avaliação e os devidos e possíveis encaminhamentos.

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Na área escolar

A escola é um espaço de várias possibilidades de trabalho em Psicologia. Com uma abordagem institucional, o psicólogo educacional pode compreender e intervir nas relações que se estabelecem entre os diversos atores da escola, propiciar entendimento do manejo de situações específicas, seja com o corpo docente, famílias ou estudantes, participar da elaboração do projeto político pedagógico da instituição, colaborando com a promoção de cidadania e efetiva inclusão social, conforme apregoa a Carta de Brasília (2009).

De acordo com o conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (2011), uma Avaliação Psicológica direcionada à área escolar, juntamente com subsídios de instrumentos científicos, pode auxiliar na apreensão de características específicas que estão ligadas ao processo de aprendizagem, como leitura, escrita, memórias, área numérica, funções executivas, motivação direcionada para o aprendizado, atenção, inteligência, habilidades psicomotoras e sociais, criatividade, hiperatividade, investigação de interesse vocacional, sintomas de estresse, ansiedade, depressão, etc. Diante desse

quadro, não carece enfatizar a relevância de ser realizada a avaliação psicológica de forma multidisciplinar, com o objetivo de ser mais eficaz seu processo e ser validada em seus objetivos, tanto para a escola e para a família, quanto para os alunos. Diante do processo, os resultados obteníveis nas técnicas utilizadas na AP só têm a colaborar para uma avaliação que venha a privilegiar o indivíduo como um todo, reconhecendo suas potencialidades e suas limitações, com a finalidade de propiciar maneiras de intervenções com o fito de auxiliar no seu desenvolvimento.

O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE (TDAH)

Trata-se de um distúrbio á nível do neurodesenvolvimento pediátrico, caracterizado por disfunções nos mecanismos da atenção, flexibilidade e atividade. Sua etiologia é revestida em controvérsias e polêmicas, epidemiologia e tratamento no campo da área da saúde, desde então o TDAH tornou-se objeto de discussão nos meios de comunicação e frequentemente utilizado para categorizar crianças no âmbito do senso comum. Observa-se a passagem de um conhecimento científico para o senso comum e a construção de novos saberes que podem ser compreendidos a partir da Teoria das Representações Sociais. O objetivo do estudo é investigar os saberes construídos por pais de crianças em idade escolar para dar sentido ao TDAH (CORREIA, 2014).

As crianças que apresentam o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) (TDAH) de acordo com o autor Paulo Mattos (2007), em sua maioria são rotuladas como crianças mal educadas, apresentam desinteresse, com problemas na família, e muitas vezes apontam dificuldades de ouvir e enxergar ou demonstram um considerado nível com problemas de aprendizagem que aumentam a dificuldade de seu desempenho escolar. Doravante, ao invés de serem direcionadas para profissionais da área de saúde especializados para terem um diagnóstico mais conveniente, sabe-se, neste meio tempo, que não podemos afirmar que estas crianças não estão capazes de aprender, e que, em sua maioria, possuem níveis normais ou elevados de inteligência.

A familiar com um contexto estruturado e com regras definidas, é de suma importância para uma criança com TDAH, de modo que os pais vão ser a segurança de que a criança precisa. Outro ponto de extrema relevância é o comportamento dos pais diante de seus filhos, pois os progenitores possuem grande influência em relação na melhora ou no agravamento das atitudes das crianças como portadores de TDAH. Sendo pais que reconheçam também os esforços e acima de tudo o ambiente seja acolhedor, bem calmo e com bastante afetividade nesta relação (ORJALES, 2007).

MODELO SUGERIDO DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS: usando as técnicas da Avaliação Psicológica a favor do usuário.

Apesar do CRAS não focar Avaliação Psicológica, e ser, isto sim, a porta de entrada do sujeito na Assistência Social, apresenta-se aqui um breve modelo de atuação deste profissional neste campo ainda em construção, para poder trabalhar quando na ausência de uma instituição de referência, respeitando a autonomia dos usuários.

ATENDIMENTO INDIVIDUAL

Pauta-se em uma perspectiva psicanalítica o atendimento clínico individual. Em termos comparativos, o analista no ato analítico se coloca no lugar de ouvinte do indivíduo que demanda atendimento, e a técnica de associação livre é usada pelo analista que se coloca no lugar de ouvinte. Ainda se tratando de atendimento individual Almeida & Atallah (2009) declaram com firmeza que Freud (1911/1913) resolveu com a associação livre a dificuldade de acessar as lembranças no inconsciente dos pacientes que atendeu, que, em suas falas, resgatavam muitos materiais simbólicos que tiveram origens em suas lembranças e em suas construções fantasiosas, o que lhe possibilitou trabalhar minuciosamente nas causas etiológicas das neuroses através do conteúdo histórico de seus pacientes.

COMPREENDENDO A ENTREVISTA

Na Avaliação Psicológica a técnica de entrevista é de suma importância, já que se trata do primeiro contato com o usuário, momento onde se vai obter informações sobre sua história clínica e biopsicossocial para assim conhecê-lo em sua totalidade. Trata-se de uma etapa primordial no processo do Psicodiagnóstico, pois partindo desta etapa pode-se encadear as outras com precisão (CUNHA, 2000).

Ainda segundo Cunha (2000) podem as entrevistas ser divididas da seguinte maneira: estruturadas, semiestruturadas e de livre estruturação. Sendo assim compreendidas, as estruturadas na clínica são de pouca utilização e mais usadas em pesquisas, em especial em ocasiões em que a aptidão clínica não é necessária ou possível. Das estruturadas pode-se compreender que se trata de estruturas que focalizam a objetividade, sendo as perguntas em sua maioria fechadas ou demarcadas por alternativas anteriormente determinadas, procurando, assim, respostas particulares a questões específicas.

Já referindo-se a entrevista de livre estrutura, Cunha (2000) enfoca a afirmação de que são o caso em que o entrevistador possui mais liberdade no momento de entrevistar o sujeito, sendo preciso que tenha conhecimento de suas metas, seu papel e seus procedimentos para alcançar seu alvo.

OBSERVAÇÃO SISTÊMICA E ASSISTEMÁTICA

Quando se fala de observação sistêmica, segundo Cunha (2000) deve-se compreender que se trata de uma técnica usada para colher dados transmitidos através de expressões, palavras soltas, gestos, entre outras coisas a observar, sendo de grande importância na hora de fundamentar os resultados. E para que isto ocorra é preciso um nível de exigência de atenção minuciosa por parte do examinador para que esta técnica seja utilizada com qualidade.

Pode-se ter uma observação sistêmica quando a mesma é uma observação estruturada, planejada ou controlada no que se refere ao objeto desejado, de modo que o observador já sabe o que observar, sendo objetivo.

A observação assistemática possui a finalidade de colher e registrar os dados da realidade sem que o pesquisador use elementos técnicos ou crença de construir perguntas diretas, incitando o observador a estudar o ambiente (CUNHA, 2000).

A HORA DO JOGO DIAGNÓSTICA

A hora do Jogo Diagnóstica de acordo com Ocampo (2009) é um momento que compõe instrumentos de cunho técnico que o psicólogo utiliza com o fim de estabelecer o primeiro contato com uma criança e isto no processo de psicodiagnóstico cujo propósito é conhecer a realidade da mesma, de vez que por meio de atividades lúdicas ela vai facilmente se expressar e poder-se-á observar a escolha de brinquedos, modalidades de brincadeiras, personificação, motricidade, criatividade, capacidade de simbolização, tolerância a frustração e adequação à realidade.

Os brinquedos, nesse momento, são utilizados de forma não estruturada e estruturada da seguinte forma: papel tamanho carta, tesoura sem ponta, massas de modelar de múltiplas cores, cola, borracha, apontador, lápis de cera, papel *glacê*, barbante, bonecos que tenham articulações e tamanhos diferentes, famílias de animais selvagens e de animais domésticos, carrinhos e aviõezinhos (dois ou três), pires e xicaras, alguns cubos, giz e bola. Cabe ao psicólogo o papel de observar de forma passiva e só intervir se for pedido pelo cliente (OCAMPO, 2009).

RECURSOS LÚDICOS

O recurso da atividade lúdica se dá por meio da brincadeira, onde vai haver uma interação entre o profissional e a criança, que utilizará diversos brinquedos, desenhos livres, jogos e histórias para poder expressar toda a sua capacidade de comunicação verbal, medos, anseios, fantasias, espontaneidade, nível de inteligência e compreensão. Sendo esta atividade lúdica um meio natural de autoexpressão em seu mundo infantil, assim poderá externar toda sua realidade interior e exterior (CUNHA,2000).

ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Com o surgimento da multidisciplinaridade, ela foi-se fazendo importante porque acabou com um modelo de ensino extremista especializado, que se concentrava em uma única disciplina. O princípio mediador entre as diferentes disciplinas jamais poderá configurar-se como redução, chamada por alguns de denominador comum. Contudo, trata-se de um elemento teórico/metodológico visto como uma diferença que pode levar à criatividade.

Os teóricos usam também um dos muitos significados do termo que interdisciplinaridade, palavra muito usada no âmbito jurídico. Ainda a empregam por se tratar de um princípio máximo de exploração de cada área em se tratando de potencialidades de cada ciência e da compreensão de suas limitações (FURTADO, 2007 *apud* JANTSCH, 2000, p.14, e ALVES & REINERT, 2007).

Para Furtado (2007) o conceito de multidisciplinaridade tem por caracterização a junção de várias disciplinas em torno de um mesmo assunto ou problema, sem o estabelecimento de relações entre os profissionais representantes de cada “área do saber” no plano técnico ou científico. De modo que, nesta vertente, são colocadas lado a lado as diversas disciplinas em que haverá iniciativas entre si bem como na organização institucional que estimule deste modo a garantia do trânsito entre especialidades. Disseram Alves e Reinert:

O grande problema é encontrar a difícil via da inter articulação entre as ciências, que têm, cada uma delas, não apenas sua linguagem própria, mas também conceitos fundamentais que não podem ser transferidos de uma linguagem à outra (ALVES; REINERT, 2007 *apud* MORIN, 2000, p. 113).

Ainda sob a ótica de Furtado (2007), mesmo ao afirmar que as diferentes áreas coexistem lado a lado, pouco há de trocas de experiências entre os saberes, isto referente a uma realidade do passado em que pouco se discutia sobre iniciativas de intervenção que ligassem os profissionais de diferentes áreas para um bem comum diante da produção de saúde e qualidade de vida do sujeito como um todo. E hoje esta realidade configura-se

num molde de intensas mudanças sociais e institucionais onde um só saber não mais se sustenta sem a necessidade de um olhar de outra especialidade para com isto fechar um caso.

Destacando assim a pluridisciplinaridade como a caracterização do efetivo relacionamento entre si das disciplinas, haverá uma coordenação por parte de uma delas que norteará todo o processo saúde/doença num viés da complementariedade sobre as noções de integração de teorias e métodos, onde um(a) complementa a outra (FURTADO, 2007 *apud* ALVES; REINERT, 2007).

É pertinente ressaltar que, segundo Alves e Reinert (2007) a multidisciplinaridade ocorre da seguinte maneira: na busca de uma solução para um problema se faz necessária a obtenção de distintas ciências e ou setores do saber sem que elas tornem parte no processo. No entanto, no cerne da multidisciplinaridade tem-se, por outro lado, a interdisciplinaridade que está reservada para nomear o nível da interação entre várias disciplinas e setores heterogêneos, ou seja, que neste percurso de trocas de saberes mútuos possa ocorrer um enriquecimento de todas.

Ainda neste mesmo processo, e não menos importante que a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, pode-se destacar a transdisciplinaridade, cujo conceito está pautado não apenas nas interações ou trocas de saberes diante de projetos de pesquisa especializados, porém preocupa-se mais ainda com a colocação destas relações em sua totalidade, sem restringir os limites rigorosos entre as disciplinas (ALVES; REINERT, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do psicólogo no âmbito dos CRAS ainda não oferece espaço para o recurso à Avaliação Psicológica dos usuários. O autor deste trabalho, julgando ser este um campo aberto a novos desenvolvimentos, tem por fito básico a apresentação de tal ideia para análise das possibilidades de aplicação da mesma visando a melhoria do atendimento nos mesmos.

De modo que ao começar este trabalho direcionei, primeiramente meu foco em saber como o era saber e o que realmente era o TDAH, visto que muitos dos atendimentos e encaminhamentos se deram parti desta demanda. E mesmo que esse tema esteja cada vez mais se popularizando nas redes sociais, e em corriqueiramente nas reuniões de todas as escolas, numa relação dialética entre os pais e os educadores, foi observado que diante destes esforços em esclarecer a origem e dificuldades que o alunato enfrentam no seu cotidiano e não conseguem aprender o que lhe ensinado e são imediatamente encaminhados ao CRAS para serem submetidos a uma Avaliação Psicológica. E quando tais demandas chegam ao serviço percebe-se que vai além seu problema, que é a relação dentro do lar que afeta muitas vezes no desenvolvimento intelectual dos mesmos. E na verdade, são estigmatizadas tais crianças pelo termo hiperatividade, já que se tornou popular uma criança inquieta, pois, se tornou comum escutamos constantemente os indivíduos se autodenominarem hiperativas, que por sua vez se definirem como crianças que não param quietas e são tidas como “problema”, daí são logo encaminhadas para uma Avaliação Psicológica, serem antes se que ouvidas e observadas em seu contexto escola e casa.

Tendo com base nos levantamentos bibliográficos, meu foco era de observar a realidade desta demanda que se rotulam como aluno com TDAH em um espaço limitado e sem instrumentos para não rotular e ajudar também seus pais/cuidador, a enfrentarem juntas a dificuldade de aprendizagem de seus filhos e cujo desafio maior será a mudança da criança que foi rotulada como “alunos problema”. No entanto, me deparei com crianças rotuladas que seu diagnostico trazido pela escola não condiz com a realidade, mas sim como dito antes a família sem grau de escolaridade não sabem lhe dar com tais situações como de estar junto com sua criança no reforço escolar em casa, ficando trabalhado em terapia em grupo com a criança e os pais, e estendendo claro para o campo escolar dando suporte quando necessário, uma vez já que no CRAS sua proposta não é Psicologia Escolar e sim Social com foco na violação de direitos, e como tal tais crianças estão inseridas neste contexto, e no CRAS se procura trabalhar num viés multiprofissional como já citado acima no conceito de multidisciplinaridade que Furtado (2007) bem conceitua quando várias disciplinas trabalham juntas em torno de um mesmo assunto ou

problema a fim de resolver e melhor atender a demanda que assim busca pelo serviço no Centro de Referência de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, J.: CRUZ, R. **Avaliação psicológica:** Conceitos, Métodos e Instrumentos. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

ALVES, Irai Cristina Boccato & ALCHIERI, João Carlos; MARQUES, Keila Cristina. As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. **Rev. Psico - USF**, local, v. 7, n. 1, p. 77-88, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joao_Alchieri/publication/237657164_As_tecnicas_de_exame_psicologico_ensinadas_nos_cursos_de_graduacao_de_acordo_com_os_professores/links/0deec534524bbec453000000.pdf>. Acesso em: 10 Dez 2016.

ALVES, Fernanda de Matos Sanchez & REINERT, José Nilson. Percepção dos coordenadores dos cursos de graduação da UFSC sobre a multidisciplinaridade dos cursos que coordenam. **Rev. Avaliação (Campinas)**. Campinas, Sorocaba, São Paulo. 2007, vol.12, n.4, p. 685-70. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n4/a07v12n4.pdf>>. Acesso em: 18 Nov. 2015.

ANDRADE, Laura Freire de & ROMAGNOLIS, Roberta Carvalho. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Rev. Psicol. cienc. prof.** 2010, vol.30, n.3, p. 604-619. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a12.pdf>>. Acesso em: 21 Jan. 2016.

BASTOS, A. V. B. Perfis de formação e ênfases curriculares: o que são e por que surgiram? **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 31-58, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. (2006). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-** NOB-RH/SUA. Brasília.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção**

Básica do Sistema Único de Assistência Social: orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. (Versão preliminar). Brasília-DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

Brasília, 14 de junho de 2003. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em: 12 dez 2015.

CESCON, Luciana França. Avaliação Psicológica: Passado, Presente e Futuro. Estudos Interdisciplinares em Psicologia. **Rev. Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. Londrina, V.4, N.1, p. 99 – 109, Jun. 2013. Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/15042/13274>>. Acesso em: 02 Fev. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDO DO SUL (CRP - RS). Avaliação psicológica. **Entre Linhas**. Porto Alegre, v. 21, n.55, pp, 1 -25, abr./ maio/ jun. 2011.

CORREIA. Clarissa Tambara. **TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): ENTRE DIAGNÓSTICOS E O DESEJADO CONTROLE DOS CORPOS**. Monografia. Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, p. 7-97, novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/716/1/2014ClarissaTambaraCorreia.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

COSTA, Ana Flávia de Sales & CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.** 2010, vol.3, n.2, pp. 223-229. ISSN 1983-8220. Disponível em:< <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a11.pdf>>. Acesso em: 15 Dez 2015.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico V**. 5º ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FLOR, Tatyane Couto & GOTO, Tommy Akira. Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica. **Rev. abordagem gestalt**. 2015, vol.21, n.1, p. 22-34. ISSN 1809-6867. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v21n1/v21n1a04.pdf>>. Acesso em: 15 de Jan. 2016.

FREUD, Sigmund. O caso Schreber. Artigos Sobre Técnicas e outros trabalhos. Ed. Amaro. Volume XII. Ano, 1911/1913.

FURTADO, Juarez Pereira. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Rev. Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.11, n.22, p.239-5, maio/ago. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n22/05.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

FURTADO, Odair. **RESOLUÇÃO CFP N.º 007/2003: Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP ° 17/2002.**

HUTZ, C. **Ética na Avaliação psicológica.** In: HUTZ, C. (Org.). Avanços e polêmicas em avaliação psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo: 2009, p 297 – 309.

KOYAMA, Ivaneide Costa Conceição. FATORES QUE INFLUENCIAM NA REPROVAÇÃO DE CANDIDATOS A RENOVAÇÃO DE CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E (CNHE) Monografia, MACEIÓ – AL. 2013. Disponível em:<http://netrantransito.com.br/arq_download/MONOGRRAFIA%20IVANEIDE.pdf> Acesso em:11 Ago. 2015.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua: perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos.** São Paulo: Lemos Editorial, 2003.

NORONHA, Ana Paula Porto & ALCHIERI, João Carlos. Conhecimento em avaliação psicológica. **Rev. Estudos de psicologia (Campinas)**, Campinas, vol. 21, n.1, Apr. 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jul. 2015.

OCAMPO, Maria. et al. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.** 11ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonseca. Ano 2000.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Rev. Psicol. Soc.** 2014, vol.26, n.spe2, p. 103-112. ISSN 1807-0310. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a11v26nspe2.pdf>>. Acesso em: 15 Dez 2015.

ORJALES, Isabel. Déficit de Atenção/Hiperatividade: Diagnóstico e intervenção. In: GONZÁLEZ, Eugênio et al. (Orgs.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Artmed Editora S.A. Porto Alegre, p. 295-317, 2007.

PRIME, Ricardo. Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual Direções para o Futuro. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. V. 26 n. especial, p. 25 – 35, 2010.

SILVA, Janaína Vilarés da & CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo. SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Rev. Psicol. Soc.** 2011, vol.23, n.spe, p. 12-21. ISSN 0102-7182. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23nspe/a03v23nspe.pdf>>. Acesso em: 16 Dez 2015.